DECISÃO SINGULAR DSG - G.MJMS - 5048/2015

PROCESSO TC/MS	**:** TC/5269/2015
PROTOCOLO	**:** 1584802
ÓRGÃO	**:**PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM
INTERESSADO	**:**ERNEY CUNHA BAZZANO BARBOSA
CARGO DO INTERESSADO	**:**PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO DO PROCESSO	**:**PROCESSO LICITATÓRIO
RELATORA	**:**CONS. MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	**:**PREGÃO PRESENCIAL Nº 101/2014
OBJETO DA CONTRATAÇÃO	**:**AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS PARA MERENDA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE JARDIM

DECISÃO SINGULAR. PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. LEGALIDADE E REGULARIDADE.

Versam os presentes autos sobre o procedimento licitatório, realizado através da modalidade de **Pregão Presencial sob o nº 101/2014**, pela **Prefeitura Municipal de Jardim/MS**, neste ato representado pelo Prefeito Sr. **Erney Cunha Bazzano Barbosa**, tendo como objeto a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis para a merenda das escolas municipais de Jardim/MS.

Em razão da análise de toda documentação acostada, a 6ª Inspetoria emitiu sua Análise ANA – 6ICE – 6367/2015, opinando:

> *"1 – Pela regularidade e legalidade do procedimento licitatório (1ª FASE), nos termos do artigo 120, inciso I, do citado Regimento."*

Por sua vez, o ilustre representante Ministerial, em seu Parecer PAR-MPC – GAB.4 DR.JOAOMJR/SUBSTITUTO-5465/2015 manifestando-se:

> *"Pelo que dos autos consta e de acordo com a manifestação do corpo técnico, este Ministério Público de Contas, com fulcro no inciso III, artigo 11 da Lei Complementar Estadual sob o n. 148/2010, conclui pela regularidade do procedimento licitatório acima especificado, nos termos do art. 120, I, 'a' c/c art. 122, I e II, ambos do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa nº 76, de 11 de dezembro de 2013."*

Vieram os autos a esta Relatoria para Decisão.

É o Relatório.

Impende inicialmente destacar, conforme consta dos autos, que a presente análise recai sobre a **regularidade** e **legalidade** do procedimento licitatório (1ª fase).

Constata-se assim, por meio da documentação juntada, que os requisitos legais vigentes foram devidamente cumpridos quanto à regularidade da matéria relativa ao procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial sob o nº 101/2014.

Certifico-me através de documentos acostados à peça digital 15, que as empresas vencedoras foram:

- Luis Estevao R. Coelho - ME;
- P. R. do Nascimento - EPP;
- Comercial de Alimentos L & E LTDA; e
- Teresa Maria B. Peixoto - ME.

Mediante o exposto, admitindo o entendimento exarado pela Equipe Técnica e pelo ilustre representante do Ministério Público de Contas, **DECIDO:**

1- Pela legalidade e regularidade do procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 101/2014 (1ª fase), com fulcro no artigo 59, inciso I da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012; e no artigo 10, inciso II, § 3º, inciso IV c/c artigo 120, inciso I, todos do Regimento Interno deste Tribunal;

2- Pela comunicação do resultado desta Decisão aos responsáveis, com base no artigo 50 da Lei Complementar nº 160/2012;

3- Determino a remessa dos autos ao Cartório para as providências regimentais;

4- E, após, à Inspetoria competente, na forma do que dispõe o artigo 4º da OTI DGGM/PRES nº 03/2010.

É a Decisão.

Campo Grande/MS, 11 de agosto de 2015.

CONS. MARISA SERRANO
RELATORA

Pri.